

ENSAIO**CELSO FURTADO: ENTRE O SONHO E O COMPROMISSO****CELSO FURTADO: BETWEEN DREAM AND COMMITMENT****EDUARDO JOSE MONTEIRO DA COSTA¹****LUIZ ALBERTO MACHADO²****RESUMO**

Este ensaio revisita o pensamento de Celso Furtado, destacando sua originalidade teórica e seu compromisso com o desenvolvimento brasileiro e latino-americano. O objetivo é resgatar a dimensão integral de sua obra, que alia economia, cultura e ética em um projeto civilizacional. A metodologia utilizada é ensaística e interpretativa, combinando análise histórica, teórica e institucional da trajetória intelectual e política de Furtado. Os resultados revelam que Furtado foi pioneiro ao compreender o subdesenvolvimento como uma condição estrutural e histórica, e não como simples atraso econômico. Ele valorizava o papel do Estado no planejamento estratégico e defendia a cultura e a criatividade como motores do desenvolvimento. Sua crítica à modernização imitativa e à dependência cultural e econômica das periferias permanece atual, sobretudo frente às desigualdades regionais persistentes e à ausência de um projeto nacional. A conclusão destaca que, em tempos de crise civilizatória, o legado de Furtado oferece um horizonte alternativo, integrando racionalidade pública, sensibilidade ética e imaginação política. Seu pensamento continua a desafiar economistas e formuladores de políticas a repensarem o desenvolvimento para além do economicismo.

Palavras-chave: Celso Furtado; subdesenvolvimento; planejamento; cultura; economia política

ABSTRACT

This essay revisits Celso Furtado's thinking, highlighting his theoretical originality and his commitment to Brazilian and Latin American development. The aim is to recover the full dimension of his work, which combines economics, culture, and ethics in a civilizational project. The methodology used is essayistic and interpretative, combining historical, theoretical, and institutional analysis of Furtado's intellectual and political trajectory. The results reveal that Furtado was a pioneer in understanding underdevelopment as a structural and historical condition, and not as a simple economic backwardness. He valued the role of the State in strategic planning and defended culture and creativity as drivers of development. His critique of imitative modernization and the cultural and economic dependence of the peripheries remains relevant, especially in light of persistent regional inequalities and the absence of a national project. The conclusion highlights that, in times of civilizational crisis, Furtado's legacy offers an alternative horizon, integrating public rationality, ethical

1. Doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGGP/NAEA), ambos da UFPA

2. Economista pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal), consultor da Fundação Espaço Democrático e conselheiro da Fundação Educacional Inaciana "Padre Saboia de Medeiros" e do Instituto Liberal. Sócio-diretor da empresa SAM -Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas.

sensitivity, and political imagination. His thinking continues to challenge economists and policymakers to rethink development beyond economism.

Keywords: Celso Furtado; underdevelopment; planning; culture; political economy

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem sido solo fértil para o surgimento de notáveis economistas e palco de intensos debates sobre questões econômicas; conjunturais ou estruturais. O combate à inflação, a dinâmica dos gastos públicos, o papel do Estado e a busca pelo desenvolvimento — ou a superação do nosso subdesenvolvimento, como preferimos — são temas que recorrentemente retornam à arena e fomentam uma farta produção acadêmica.

No meio de um panteão de grandes nomes, Celso Furtado desponta como um dos mais influentes economistas brasileiros do século XX; para alguns o maior. O conjunto de sua obra não é a expressão apenas de uma coletânea de reflexões econômicas sobre o País, mas, antes disso, um notável esforço intelectual para compreender o drama do subdesenvolvimento brasileiro (e latino-americano) e propor alternativas que sejam, ao mesmo tempo, economicamente viáveis e culturalmente autênticas.

Furtado é uma exceção no campo econômico. Recusou a neutralidade instrumental da ciência econômica tradicional e assumiu abertamente o compromisso com um projeto de país. Seu pensamento não é, portanto, meramente técnico; é histórico, político, ético e, sobretudo, cultural. Ele compreendia que o desenvolvimento não poderia ser reduzido a números ou metas de crescimento, mas deveria ser entendido como um processo de emancipação social, de construção coletiva de futuro e de ampliação das capacidades humanas. Inseria-se numa dinâmica civilizacional.

O objetivo deste ensaio, portanto, é resgatar parte dessa dimensão integral do pensamento furtadiano, destacando não apenas suas contribuições teóricas e institucionais, como também, sua postura crítica frente à lógica do capitalismo dependente, sua sensibilidade em relação à cultura e à criatividade, e a lucidez quanto às ambiguidades e limites do ideal desenvolvimentista. É, nesse sentido, uma releitura necessária num tempo em que o Brasil, mais uma vez, se depara com

dilemas estruturais que desafiam a imaginação, a criatividade e o compromisso de seus intelectuais e formuladores de política.

2 UMA VIDA INTELECTUAL A SERVIÇO DO BRASIL

Celso Furtado nasceu em 1920, em Pombal, no sertão da Paraíba — num cenário marcado por desigualdade, exclusão e resiliência. Essa vivência inicial não foi meramente circunstancial, mas constitutiva de sua visão de mundo. Ao longo de sua trajetória, o Nordeste deixou de ser apenas um objeto de análise para se tornar parte fundamental de um projeto de desenvolvimento que buscava combinar inclusão social com autonomia política e cultural.

Formado em Direito pela então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, Furtado integrou a Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, seguiu para a Universidade de Sorbonne, em Paris, onde concluiu seu doutorado em economia com uma tese sobre a economia colonial brasileira sob a orientação de Maurice Byé. Na França entrou em contato com autores que influenciaram profundamente a sua visão da economia como um fenômeno histórico e social, em especial François Perroux e Fernand Braudel.

Seu retorno ao Brasil coincidiu com a expansão do pensamento estruturalista na América Latina, promovido sobretudo pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A partir de 1949, já como membro da CEPAL e influenciado pelo economista argentino Raúl Prebisch, Furtado passou a desenvolver análises sobre a inserção subordinada da América Latina no capitalismo internacional. A ideia de que o subdesenvolvimento era um fenômeno estrutural, e não apenas uma etapa no caminho do progresso, tornou-se a pedra angular de sua reflexão.

Na década de 1950, foi o principal formulador do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que levou à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 no governo de Juscelino Kubitschek. Este órgão não era apenas uma agência de fomento, mas o núcleo de um projeto alternativo de desenvolvimento regional que buscava enfrentar, com planejamento e participação social, os bloqueios históricos ao progresso da região.

Ainda em 1959 convém destacar o lançamento de sua *magnum opus*, o livro *Formação Econômica do Brasil* que aprofundou — por ocasião de seu estágio pós-doutoral na Universidade de Cambridge em 1958 — as questões iniciais trabalhadas

em sua tese de doutoramento. Este livro tornou-se pedra angular para todo o debate subsequente sobre o tema.

Com a ascensão do regime militar em 1964, Furtado foi cassado e foi para o exílio. Viveu e lecionou em universidades nos Estados Unidos e na Europa, sobretudo na Sorbonne. Mesmo longe do Brasil, manteve-se intelectualmente ativo, escrevendo algumas de suas obras mais maduras e críticas, como *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) e *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978).

Retornou ao país na redemocratização ocupando o cargo de ministro da Cultura no governo Sarney, onde voltou a destacar a importância da criatividade como fundamento do desenvolvimento.

Em setembro de 2001, Celso Furtado foi eleito por aclamação “Economista Emérito do Brasil”, na plenária final do Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Recife. Em 2003, por ocasião de um seminário internacional promovido pela rede da Unesco sobre economia global e desenvolvimento sustentável, a Cátedra e a Rede da Unesco e da Universidade das Nações Unidas (REGGEN), a Associação de Economistas da América Latina (AEALC) e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) apresentaram o nome de Celso Furtado como candidato ao Prêmio Nobel de Economia em 2004. Em janeiro de 2004, os documentos foram formalmente enviados à Academia de Ciências da Suécia. Para frustração dos brasileiros, que jamais tiveram a oportunidade de comemorar a concessão de um Prêmio Nobel a algum conterrâneo, Furtado não foi escolhido; tendo o Prêmio Nobel de Economia daquele ano sido dividido por Finn Kydland e Edward Prescott, por suas contribuições à macroeconomia dinâmica, em decorrência de seus estudos sobre a consistência temporal da política econômica e as forças motrizes por trás dos ciclos de negócios.

3 O DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO CIVILIZACIONAL

Furtado via o desenvolvimento como um fenômeno amplo, multidimensional e civilizacional.³ Não se tratava de um simples aumento do Produto Interno Bruto (PIB), mas da construção de uma nova ordem social, baseada na democratização do acesso aos bens culturais, na superação da miséria e na valorização da identidade nacional. Nesse sentido, ele antecipou em décadas debates que só mais tarde

3. O debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento em Celso Furtado foi extraído fundamentalmente de: Furtado (1980; 1992a; 1992b; 2008) e Costa; Machado (2020).

ganhariam notoriedade, como os relacionados ao desenvolvimento sustentável, à economia criativa e à centralidade da cultura.

Ao contrário de modelos teóricos que pressupunham que todos os países seguiriam uma trajetória linear rumo ao desenvolvimento — como a famosa teoria dos “estágios de crescimento” de W. W. Rostow — Furtado argumentava que o subdesenvolvimento não era um estágio transitório, mas uma condição estrutural, derivado da malformação social de uma sociedade. Ele afirmava que o capitalismo, ao se expandir, gerava simultaneamente o desenvolvimento nos países centrais e o subdesenvolvimento nas periferias. Essa perspectiva marcava um ponto de inflexão teórico e político, pois rompia com o otimismo mecanicista das teorias dominantes, exigindo uma abordagem mais heterodoxa, de cunho histórico-estrutural.

Em sua construção, inspirado pelo keynesianismo em ascensão e pelo que viu no processo de reconstrução da Europa do pós-Segunda Guerra Mundial, o Estado assume papel central. Para ele, o Estado deveria formular e executar um “projeto nacional”, planejado e democrático, capaz de mobilizar os recursos da sociedade em direção à superação das suas desigualdades estruturais. Planejamento, para ele, não era sinônimo de rigidez, mas de racionalidade política. Representava a possibilidade de definir prioridades de forma consciente e coletiva, diante das restrições impostas pela dependência e pela desigualdade.

Assim, o subdesenvolvimento era, em síntese, expressão da irracionalidade pública e coletiva, reflexo de uma deformação estrutural. A sua origem (ou explicação) apenas poderia ser encontrada na análise da história. E a sua superação apenas seria alcançada por um projeto político consciente, legitimado pela sociedade e amparado na intencionalidade, inventividade e criatividade.

4 CULTURA E CRIATIVIDADE COMO MOTORES DO DESENVOLVIMENTO

Se há um elemento que diferencia radicalmente Furtado da maioria dos economistas de seu tempo é a centralidade que conferiu à cultura como categoria analítica.⁴ Para ele, o desenvolvimento não poderia ser pensado apenas como transformação das estruturas produtivas, mas como um processo de afirmação da criatividade, da identidade e da autonomia cultural de uma sociedade.

4. A discussão sobre cultura e criatividade é extraída fundamentalmente de: Furtado (1984; 2008) e Costa; Machado (2020).

Ele via na cultura a expressão mais profunda da capacidade de invenção de uma sociedade. Foi, nesse sentido, um dos primeiros economistas a sustentar que não existe desenvolvimento sem uma base cultural sólida, que sustente e legitime os projetos coletivos. Seu olhar não se detinha apenas nas questões conjunturais ou materiais, como a estrutura produtiva social, mas incorporava com centralidade a produção simbólica imaterial: a arte, a educação e a capacidade de imaginar futuros distintos do padrão ortodoxo dominante.

Ao assumir o Ministério da Cultura no governo do presidente José Sarney, ele teve a oportunidade de colocar em prática esse pensamento. Sua atuação como ministro foi marcada por uma defesa enfática da cultura como parte estratégica da soberania nacional. Em um mundo crescentemente globalizado, onde os fluxos simbólicos se tornavam tão determinantes quanto os fluxos de capitais, via a criatividade como um recurso estratégico tão ou mais importante do que os fatores de produção tradicionais.

A compreensão da precocidade desta ideia, ou pode-se dizer do seu pioneirismo nesse debate, ganha relevância à luz do ainda emergente, em especial no Brasil, conceito contemporâneo de economia criativa. Décadas antes da institucionalização desse termo, Furtado já defendia a ideia de que as manifestações culturais — teatro, cinema, música, literatura, design — não eram apenas expressões de identidade, mas também instrumentos de desenvolvimento, inclusão social e geração de renda.

Além disso, ele identificava um ciclo perverso de dominação cultural, no qual os países centrais impunham seus valores, suas mercadorias simbólicas e seus modelos de vida aos países periféricos. Essa dominação não se dava apenas pela via comercial, mas sobretudo pela penetração cultural e pelo apagamento progressivo das referências locais, o que ele chamou de mimetismo cultural. O subdesenvolvimento, nesse contexto, não era apenas econômico ou político: era também um fenômeno de alienação cultural.

5 SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: CRÍTICA ESTRUTURALISTA

Furtado foi um dos primeiros economistas latino-americanos a romper com a leitura evolucionista do subdesenvolvimento.⁵ Ao contrário das teorias clássicas que

5. Os apontamento das seções 4 a 6 foram feitos com base em: Furtado (1968b; 1974; 1980; 1986; 1992b).

viam o atraso como um estágio preliminar do desenvolvimento, ele mostrou que o subdesenvolvimento é um produto histórico específico da expansão capitalista internacional.

Segundo a sua abordagem, o capitalismo, ao se expandir para a periferia do sistema, não reproduziu as mesmas condições que geraram o desenvolvimento nos países centrais.

Ao contrário, impôs formas específicas de dominação que bloqueou a plena utilização das forças produtivas locais. A estrutura produtiva se organizou para atender às demandas externas, e não às necessidades internas da população. Isso se manifestou claramente na concentração fundiária, na dependência de exportações primárias e na fragilidade do mercado interno.

Esse diagnóstico levou Furtado a aprofundar sua crítica ao modelo de industrialização dependente que se consolidava no Brasil e em outros países latino-americanos durante o pós-guerra. Ainda que houvesse crescimento industrial, este era orientado por padrões externos de consumo e por tecnologias importadas. A modernização, nesse caso, não gerava necessariamente desenvolvimento autônomo, mas ampliava as contradições sociais e regionais. Tratava-se de uma “modernização conservadora”.

A dependência, em sua leitura, era multidimensional. No plano econômico, os países periféricos enfrentavam a deterioração dos termos de troca, a remessa constante de lucros ao exterior e a limitação tecnológica. No plano político, sua soberania era comprometida pela influência de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. E no plano cultural, havia uma assimilação acrítica, através do mimetismo cultural, de valores e hábitos de consumo estrangeiros, o que gerava alienação e perda de identidade.

Com base nisso, Furtado argumentava que o rompimento com essa lógica exigia um projeto de desenvolvimento que partisse do conhecimento profundo da realidade nacional. Isso implicava o fortalecimento do Estado como agente coordenador da economia, a valorização do mercado interno, a integração nacional e, sobretudo, a mobilização da sociedade em torno de um ideal coletivo de transformação.

6 PLANEJAMENTO, CRIATIVIDADE E RACIONALIDADE PÚBLICA

Uma das contribuições mais singulares de Furtado foi a relação que estabeleceu entre criatividade e racionalidade pública. Ele acreditava que o desenvolvimento não era apenas uma resposta a imperativos econômicos, mas uma invenção deliberada, construída a partir de decisões políticas e escolhas sociais. Ou seja, o desenvolvimento é um ato de vontade coletiva — e não um desdobramento natural da lógica do mercado.

A criatividade, nesse sentido, não se restringe ao campo das artes. É uma dimensão essencial do processo político, da dinâmica econômica e da gestão pública. Desenvolver-se é criar instituições, normas, processos e valores capazes de gerar coesão, confiança e inovação — uma contribuição que dialoga centralmente com a relevante perspectiva neoinstitucionalista de Douglass North, Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson, laureados com o Prêmio Nobel de Economia em 1993 e 2024.⁶ Trata-se, portanto, de um fenômeno que exige visão, imaginação e compromisso ético.

Na obra de Furtado, essa perspectiva se expressa na defesa do planejamento. Para ele, planejar não é engessar o futuro, mas dotar a sociedade da capacidade de antecipar problemas e mobilizar recursos para solucioná-los de forma coordenada e criativa. A ausência de planejamento significa submeter-se à lógica do mercado, que tende a reproduzir desigualdades e ineficiências.

Importante mencionar o fato de Furtado também destacar que, nas sociedades subdesenvolvidas, a racionalidade pública era frequentemente sufocada por interesses privados, por estruturas arcaicas e por elites comprometidas com padrões exógenos. Romper com essa lógica exigia um projeto nacional capaz de colocar a economia a serviço da sociedade. E não o contrário.

7 DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E AMBIGUIDADES

O desenvolvimento é para Furtado, ao mesmo tempo, uma promessa e um risco. Sua ambiguidade decorre do fato de que, embora possa ser um caminho para a emancipação, também pode se tornar um instrumento de dominação e alienação.

Em muitas regiões do mundo periférico, o processo de modernização não resultou em autonomia nem em progresso social amplo, mas em uma adaptação subordinada

6. Sobre as perspectivas destes autores ver: Acemoglu; Jonson (2024); Acemoglu; Robinson (2012; 2020); North (1990); Da Costa (2019a; 2019b; 2022).

aos padrões impostos pelos países centrais. A modernização técnica e urbana ocorreu ao lado da marginalização de grandes contingentes populacionais, do aprofundamento das desigualdades e da perda de referências culturais próprias.

Furtado insistia que a ideia de desenvolvimento, ao ser apropriada pelo discurso ortodoxo, foi reduzida a uma concepção economicista limitada de crescimento econômico. Tornou-se sinônimo de expansão do consumo, de incorporação de tecnologias importadas e de integração aos mercados globais. Contudo, essa concepção ignora as realidades locais, as desigualdades estruturais e os bloqueios históricos.

A sua crítica é, nesse ponto, nitidamente contra-hegemônica. Ele entendia que os países periféricos, ao buscarem copiar modelos de desenvolvimento alheios, ignoravam suas próprias potencialidades e se afastavam de suas prioridades mais urgentes. Assim, o que se chamava desenvolvimento muitas vezes não passava de modernização imitativa ("conservadora"), sustentada pelo consumo de uma elite e pela exclusão da maioria.

Destarte, a modernização, quando descolada de um projeto nacional, pode significar apenas a reorganização das estruturas de dominação em novo formato. Por isso, convém repisar, Furtado insistia na necessidade de ancorar o desenvolvimento em valores culturais próprios, em formas democráticas de participação social e em instituições capazes de produzir e gerir um projeto coletivo e sustentado.

8 O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em 1974, Furtado publicou uma de suas obras mais inquietantes: *O mito do desenvolvimento econômico*.⁷ Nele, não abandonou a crença na possibilidade do desenvolvimento, mas passou a questionar a maneira como o conceito tornara-se um dogma no *mainstream* econômico.

Sua crítica é dupla. Por um lado, denunciava a ausência de uma preocupação real com os limites físicos e ambientais do crescimento — estava, assim, na vanguarda do debate ambiental. Por outro, alertava para o caráter ideológico do conceito de desenvolvimento, utilizado para legitimar padrões de consumo insustentáveis e para justificar intervenções externas nos países do Sul global.

7. Esta seção é baseada fundamentalmente em: Furtado (1974).

Na sua perspectiva, o desenvolvimento transformou-se em um “mito moderno” — um discurso mobilizador que prometia prosperidade universal, mas que, na prática, perpetuava a dominação dos centros sobre as periferias. Esse mito escondia as contradições do sistema capitalista e naturalizava a exclusão, a desigualdade e a degradação ambiental como efeitos colaterais inevitáveis (externalidades negativas).

Observou que o ideal de desenvolvimento, tal como difundido pelas potências centrais, implicava na generalização de estilos de vida e padrões de consumo incompatíveis com as realidades materiais e culturais da maioria da população mundial. O espraiamento global deste modelo, destarte, não era a garantia da ansiada inclusão social, mas tragicamente teria como efeito novas formas de dependência, exclusão, frustração e conflito.

Ousadamente, ao expor as falácias do discurso desenvolvimentista hegemônico, Furtado convidava, já naquela altura, os seus leitores a reavaliar os fundamentos do dito “progresso”. Nessa provocação, inovou e se antecipou ao propor um conceito mais ético, cultural e ecológico de desenvolvimento, capaz de levar em conta as reais necessidades humanas, a diversidade de trajetórias históricas e os limites ambientais do planeta.

9 O “INTÉRPRETE DO TERRITÓRIO” E A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A reflexão de Furtado sobre o desenvolvimento brasileiro não pode ser dissociada de sua preocupação com as desigualdades regionais. Mais do que economista, ele pode ser licenciosamente chamado de um “intérprete do território”, um analista social que compreendia o Brasil não como um país homogêneo, mas como um espaço desigual, no qual coexistiam distintas realidades sociais, econômicas e culturais.

Desde suas primeiras formulações, seja na sua tese de doutoramento ou na sua *magnum opus* (Furtado, 1991), vislumbrava que a consolidação de um projeto nacional exigia o enfrentamento das desigualdades regionais, e não o conformismo passivo como resquício do passado colonial. Nesse contexto, Nordeste e Amazônia emergem como espaços emblemáticos de um Brasil que foi, historicamente, marginalizado nas dinâmicas do crescimento e da modernização.

9.1 O NORDESTE COMO PONTO DE PARTIDA

Furtado não pensou o Nordeste à distância. Ele nasceu e cresceu na região, e ali observou as marcas do subdesenvolvimento: a seca recorrente, a concentração fundiária, a ausência do Estado. Mas também reconheceu a vitalidade cultural e a criatividade como expressão regional.

Ao coordenar a elaboração, no final da década de 1950, do Plano de Desenvolvimento do Nordeste e instituir a SUDENE, Furtado promoveu um dos primeiros esforços sistemáticos de planejamento regional no País. Sua abordagem rejeitava a lógica da “integração passiva” na qual o Nordeste deveria ser uma região reflexas do centro dinâmico nacional. Para ele, a região precisava de um projeto próprio, voltado para sua especificidade climática, demográfica e social. Isso incluía não apenas investimentos em infraestrutura e irrigação, mas uma reorganização produtiva que estimulasse a indústria local e uma reforma agrária que rompesse com a estrutura latifundiária.

O Nordeste, portanto, não era um “problema a ser resolvido”, mas uma parte vital do Brasil a ser mobilizada. Em síntese, a sua visão de desenvolvimento regional era uma aposta na correção das assimetrias históricas sem destruir a diversidade sociocultural natural de nosso mosaico nacional.

9.2 AMAZÔNIA: FRONTEIRA ESTRATÉGICA E ENIGMA BRASILEIRO

Se o Nordeste encarnava o subdesenvolvimento consolidado, a Amazônia representava, para Furtado, o desenvolvimento mal orientado. A partir do regime militar instaurado em 1964, a região passou a ser acionada através de grandes projetos de infraestrutura, mineração e agropecuária, sob a lógica da integração nacional: “integrar para não entregar!” No entanto, na prática, o que se viu foi a reprodução de um modelo predatório e excludente, centrado na exportação de *commodities*, na devastação ambiental e na marginalização dos povos amazônidas.

Furtado identificava, na Amazônia, a contradição central de um país que ainda não aprendeu a planejar com base em sua diversidade. A *Hileia*, vista pelos formuladores de política como um vazio geográfico a ser ocupado, era, na verdade, um ecossistema complexo, estratégico para o equilíbrio climático global.

Sua crítica antecipou em décadas a atual discussão sobre a economia da biodiversidade, a bioeconomia e os limites ecológicos do crescimento. Em sua perspectiva, o futuro da Amazônia não poderia ser decidido a partir de centros urbanos distantes, nem por lógicas de curto prazo. Exigia um pacto nacional que combinasse ciência, tecnologia, conhecimento tradicional e respeito socioambiental.

Em síntese, ao propor o desenvolvimento como processo civilizatório, Furtado colocava a questão regional no centro de preocupação. Para ele, um país que naturaliza a desigualdade territorial, que trata certas regiões como periferias internas, compromete não apenas sua coesão social, mas sua própria capacidade de imaginar um futuro comum.

10 A ATUALIDADE DE CELSO FURTADO

Mais de duas décadas após sua morte — Celso Furtado faleceu aos 84 em 2004 —, o seu pensamento continua sendo um farol a iluminar debates centrais sobre o Brasil e a América Latina. Suas análises sobre o subdesenvolvimento, a centralidade do planejamento estatal, as desigualdades regionais, a industrialização subordinada e a valorização da cultura e da criatividade são, hoje, ainda mais atuais.

O mundo vive uma encruzilhada civilizatória marcada por debates ambientais, desigualdades extremas, intolerância e perseguição (ideológica, política e religiosa), guerras, ascensão de regimes autoritários e instabilidade democrática, crise do Estado de Direito, cerceamento de liberdades e perda de sentido (individual e coletivo). Para além do debate econômico entre liberais e intervencionistas — um debate atual, complexo e necessário, mas que infelizmente permanece no campo da superficialidade das caricaturas e bordões —, o legado de Furtado aparece como um elemento mediador e moderador, um convite para o retorno ao debate sobre o desafio da superação de nossa condição de subdesenvolvimento como projeto coletivo, político, singular e ético.

No Brasil, em particular, sua crítica ao abandono do planejamento e à submissão aos interesses do capital financeiro internacional ajuda a compreender os impasses recentes da economia nacional. A financeirização, a desindustrialização, a corrupção e o patrimonialismo no trato com a coisa pública, a “teatrocracia” eleitoral com doses de populismo e, sobretudo, a ausência de um projeto de sociedade são sintomas de uma desconexão profunda entre o Estado, os anéis

burocráticos, a participação cívica na arena pública e o ideal de nação que Furtado tanto prezava.

Sem embargo, seu pensamento é uma referência interessante para o debate a respeito do papel da cultura e das instituições no desenvolvimento; algo ainda pouco explorado. A ascensão da economia criativa, o debate sobre soberania cultural e a luta contra a homogeneização simbólica colocam novamente no centro da agenda temas que explorou com originalidade.

Sobre a problemática da desigualdade regional, é preocupante constatar que o Brasil permanece reproduzindo os problemas estruturais denunciados por Furtado: concentração de investimentos no Sul-Sudeste, abandono de políticas industriais regionais, precarização das estruturas federativas e esvaziamento dos instrumentos de planejamento. Desta forma, a nossa desigualdade regional é uma das mais emblemáticas expressões do nosso subdesenvolvimento.

Revisitar sua obra é redescobrir o valor de se pensar o território como projeto. É reconhecer que não haverá a superação do subdesenvolvimento enquanto parte significativa do País continuar à margem, privada de oportunidades, infraestrutura e voz. E que enfrentar o desafio regional não é apenas uma questão econômica, mas uma escolha política, ética e civilizatória, que define o que somos e o que esperamos ser como nação.

11 À GUIA DE CONCLUSÃO: ENTRE O SONHO E O COMPROMISSO

Celso Furtado foi um economista de rara sensibilidade histórica e notoriedade intelectual. Sua obra é marcada por uma inquietação profunda com os destinos do Brasil e da América Latina, por um desejo genuíno de compreender e transformar realidades complexas e por um compromisso inegociável com a inclusão social e a dignidade humana. É, da mesma forma, digno de menção o fato dele ter ocupado cargos públicos sem nenhuma mácula a sua imagem. Algo que deveria ser o usual, mas no contexto brasileiro — no qual a corrupção, o populismo, o patrimonialismo e o nepotismo tornaram-se permissivos (até mesmo comuns) —, é merecedor de ressaltos.

Outro ponto importante que não poderíamos deixar de mencionar é o fato dele não ter sido laureado com o Prêmio Nobel de Economia; para alguns um dos grandes deslizes da Academia Real de Ciências da Suécia. Em 1993 e 2004 esteve

entre os elegíveis, mas em 1993 Robert Fogel e Douglass North foram escolhidos pelas suas obras e contribuições no campo da historiografia econômica e em 2004 os escolhidos foram Finn Kydland e Edward Prescott. Em ambas as ocasiões um reconhecimento merecido, mas entendemos que Celso Furtado da mesma forma estava meritocraticamente credenciado para ser contemplado, em especial pelo seu notável aporte para o debate acadêmico e por sua participação como formulador de política econômica e cultural.

Em tempos de desesperança, populismo e ausência de uma visão de futuro, ou de um projeto de nação, sua memória se manifesta como símbolo de uma tradição de pensamento que se recusa a separar razão e ética, ciência e humanidade, economia e utopia. Furtado não foi um sofista refém de uma retórica populista ou de projetos de poder. Foi um filósofo econômico que nos ensinou que cogitar o desenvolvimento — ou melhor, a superação do nosso subdesenvolvimento — é pensar o País: suas dores, singularidades, oportunidades, dilemas, contradições, impasses, sonhos. Nesta senda, nos lembra que nenhuma transformação profunda pode ocorrer sem imaginação, sem invenção.

Furtado nos provoca a entender melhor o Brasil. Seja como uma construção interrompida ou uma fantasia desfeita, a nossa sociedade colhe os frutos de escolhas coletivas e construções institucionais realizadas ao longo de nossa história que moldaram um país com profundas contradições e paradoxos. E aqui está um ponto importante: enquanto muitos preocuparam-se, e continuam se preocupando em entender os meandros do desenvolvimento, a obra de Furtado nos provoca a olhar para as singularidades do subdesenvolvimento. E é isso que faz de seu pensamento algo tão especial, único e necessário, sobretudo para entender o nosso país.

Indiscutivelmente o seu legado ultrapassa e muito a economia. Ele permanece nos desafiando a ampliar a nossa visão, integrando em nossos horizontes a cultura, a política e a ética em um projeto de futuro. Um projeto que rejeite, ao mesmo tempo, o fatalismo e o voluntarismo, e que reconheça a história como campo de disputas, de aprendizado, de escolhas e, sobretudo, de novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. **Poder e Progresso: Uma luta de mil anos entre a tecnologia e a prosperidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2024.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **The narrow corridor**: states, societies, and the fate of liberty. New-York: Penguin Books, 2020.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why nations fail**: the origins of power, prosperity and poverty. London: Profile Books, 2012.

DA COSTA, E. J. M.; MACHADO, L. A. S. A. Reflexões sobre cultura e desenvolvimento: Celso Furtado, Douglass North e Amartya Sen. **Cadernos CEPEC**, [S.l.], v. 9, n. 1, jun. 2020. ISSN 2238-118X. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/8931>. Acesso em: 04 abr. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/cepec.v9i1.8931>.

DA COSTA, E. J. M. A cultura como chave para a dependência da trajetória na teoria institucionalista de Douglass North. **Revista Nova Economia**, v. 29, Número Especial, 2019a, p. 1359-1385. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/GCGHQVvBsBSGZtfvZXtBnbH/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DA COSTA, E. J. M. A Teoria das Instituições e da Mudança Institucional de Douglass North: Cultura, Estado e Dependência de Trajetória. **Cadernos CEPEC**, v. 8, n. 02 dezembro de 2019b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/cepec.v8i2.8320>. Acesso em: 05 mar. 2020.

DA COSTA, E.J.M. Cultura, Instituições e Desenvolvimento. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 11, n. 1, p. 01-23, jan./jun. 2022. Acesso em: <http://dx.doi.org/10.18542/cepec.v11i1.13458>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Revista Economia e Sociedade**, IE-UNICAMP, v. 1, 1992b, p. 5-19.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova

Cultural, 1986.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1969.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga S.A., 1968a.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**: Political Economy of Institutions and Decisions. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.